



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento nº: 023	Data: 18/10/2018
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h48min
COLABORADOR	
SÉRGIO DE OTERO RIBEIRO - Ex-Diretor Executivo da Secretaria de Tecnologia da Informação — Prodasen.	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.	
TÓPICOS	
1. Emprego no Senado; 2. A criação do Prodasen; 3. O trabalho no Senado durante o período ditatorial; 4. A expansão do Prodasen; 5. A condição de órgão à parte do Prodasen; 6. O convênio com a Câmara; 7. Os eventos polêmicos envolvendo o Prodasen; 8. A preparação para a Constituinte; 9. A interação com servidores e parlamentares; 10. O bunker Prodasen; 11. Alterações humanamente impossível; 12. O processo das emendas no Prodasen; 13. Os terminais do Prodasen na Câmara e no Senado; 14. Os bancos de dados; 15. O tratamento dos textos; 16. Os gastos do Prodasen; 17. O consumo do papel; 18. A rotina do trabalho; 20. A reserva de mercado de informática; 21. A participação nos debates da Constituinte sobre informática; 22. O diferencial do Prodasen; 23. Os impactos da Constituinte sobre o Prodasen; 24. Os desafios do Prodasen no futuro; 25. Uma avaliação da Constituição; 26. O parlamentarismo derrotado; 27. A prisão no período ditatorial; 28. Agradecimento e os tapetes verde e azul.	

1. Emprego no Senado

Eu nasci e passei a infância no Rio de Janeiro. Vim para Brasília em 1964. Depois de ter prestado concurso público para ingressar no Senado Federal, vim para Brasília. Tomei posse no Senado em 1º de dezembro de 1964. Eram os primeiros dias do regime militar. Eu era muito jovem, ainda estava estudando Economia. Comecei o curso na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas¹, no Rio de Janeiro; depois, vim para Brasília, em função do concurso. Terminei meu curso de Economia na Universidade de Brasília — UnB, formando-me em julho de 1967.

¹ Atualmente Instituto de Economia da UFRJ. V. <http://www.ie.ufrj.br/index.php/institucional/historia>



Vivi no Senado todo o regime de 1964. Tive a oportunidade de conviver com toda a movimentação política que se estabeleceu a partir de então. Aliás, logo em 1966, tive a oportunidade de trabalhar com o Senador Oscar Passos², o primeiro Presidente do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB): fui chefe de gabinete por três anos, até julho de 1969. Em seguida, deu-se o processo de criação do Prodasen.

2. A criação do Prodasen

Entre os anos de 1970 e 1972, o Senado deu prosseguimento a um projeto de informatização que resultou na criação da Secretaria de Tecnologia da Informação, o Prodasen³, que foi inaugurada em outubro de 1972. Portanto, estamos celebrando, neste 12 de outubro, mais um aniversário de criação do Prodasen.

Estive no Prodasen desde o princípio. Eu, Eduardo Jorge Caldas Pereira, Maria Rizza Baptista Dutra e Beatriz Brandão Guerra fizemos parte da comissão: éramos quatro do Senado que escrevemos o projeto do Prodasen. Também participei, como coadjuvante, da comissão que julgou a concorrência pública que resultou na escolha da empresa que forneceu os equipamentos e programas do *software* para a instalação do Prodasen.

Nós tínhamos percepção da importância do Prodasen, mas não da grandiosidade que acabou ganhando. Certamente, isso estava vinculado à circunstância de que o Legislativo, imaculado pelo movimento de 1964, abriu a perspectiva de se modernizar, ainda que relativamente fraco, como condição para, ao reassumir suas plenas funções, executá-las com propriedade, com celeridade, com qualidade, com a melhoria do desempenho parlamentar propriamente dito.

A Constituinte foi, sem dúvida, o ápice deste projeto de 17 anos. Entre a criação do Prodasen e o início da Constituinte, foram 17 anos não só de angustiante espera, mas também de grande peleja, digamos assim.

² Oscar Passos (1902-1994). Deputado Federal - 1951-1952, AC, PTB; 1955-1959, AC, PTB; 1959-1963, AC, PTB. Governador do Acre - 1941 a 1942; Senador Acre – 1963-1971.

³ Inicialmente Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal, depois Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, Secretaria Especial de Informática e Secretaria de Tecnologia da Informação.



3. O trabalho no Senado durante o período ditatorial

O Senado não funcionava normalmente. Nós sentíamos, a todo momento, o peso das restrições impostas pelo regime militar, mas era desafiante, porque assistíamos a todo o processo político que resultou numa transição pacífica, negociada, eu diria, madura e responsável, para a Nova República. Aquela movimentação toda foi, por muitos anos, um jogo político do mais alto nível, envolvendo as principais cabeças de todo o conjunto do Parlamento.

No regime bipartidário, tem-se um conjunto de ações políticas voltadas para se promover a unidade do partido político. Isso existia tanto na Aliança Renovadora Nacional (Arena), como no MDB, mas, principalmente, no MDB, que era uma colcha de retalhos que exigia um trabalho interno. Depois, costurada a unidade, que se fazia essencialmente no conjunto de atitudes e de posturas voltadas para combater o regime discricionário, vinha a ação política, o desenvolvimento de todas as atividades voltadas para alcançar aquele objetivo. Isso foi se dando aos poucos, num vaivém que envolvia derrotas e vitórias. Em 1970, quando Oscar Passos perdeu a eleição no Acre, foi uma derrota. Já em 1974, o MDB elegeu um monte de senadores, apoiou governadores, assustou o regime militar.

Na eleição de 1978, o Prodasen teve papel importante porque, se se repetisse em 1978 o susto por que passou a revolução com as eleições de 1974, estimava-se que houvesse pela segunda vez, como ocorreu em 1968, um golpe dentro do golpe. Na ocasião, o Prodasen montou um dos eventos que o projetou sobretudo no seio político. O fato é que realizamos um processo de apuração paralelo das eleições de 1978. Dos algoritmos da apuração, nós incorporamos a circunstância de que os votos do interior, que eram favoráveis à Arena, fossem considerados já no início da apuração. Com isso, ajustou-se o resultado do prognóstico do que tinha ocorrido em 1974. O que ocorreu em 1974? Os votos das capitais e das cidades maiores eram apurados na frente e davam grande vantagem à oposição. Isso provocava um desconforto muito grande no seio militar. Ao final das contas, quando terminava a apuração, a Arena sagrava-se vitoriosa, com margem significativa.

Nós fizemos uma apuração em que projetávamos os votos do interior junto com a apuração que se dava nas capitais e nas grandes cidades. Com isso,



evitamos um sobressalto no Palácio do Planalto. Os dados eram levados pelo Presidente do Senado ao Palácio do Planalto. O Palácio do Planalto recebia, de manhã, o relatório do SNI, com suas verdades, e o Petrônio⁴, que era Presidente do Senado, levava ou fazia chegar às mãos deles o relatório preparado pelo Prodasen, o que contraditava o prognóstico do serviço de informação do Governo. Isso deu certa projeção ao Prodasen sobretudo ao comando político do Parlamento na época. O Diretor-Executivo do Prodasen à época era Eduardo Jorge. A ele devemos esta percepção. Foi ele quem levou este problema ao Petrônio, que aceitou o alvitre de fazermos a apuração, e foi um gol de placa da nossa parte.

4. A expansão do Prodasen

No início, eram dois grandes sistemas: o Sistema de Informação Legislativa, que tinha por fundamento agilizar todo o sistema de informações que havia tradicionalmente sido operado por métodos clássicos de classificação de informação pelo próprio Parlamento, como, por exemplo, o Sistema de Tramitação de Matérias, que dá informações sobre os projetos de lei em tramitação; o Sistema de Referência Bibliográfica, da biblioteca; enfim, toda a sorte de dados que suportavam o trabalho dos parlamentares.

Ao lado do Sistema de Informação Legislativa, havia o Sistema Administrativo Integrado, que serviu de aríete ou de ponto de partida para uma reforma administrativa dentro do Senado. Então, cuidávamos de todas as atividades de suporte e modernizamos as atividades também na parte de gestão de pessoal, de finanças e de patrimônio. Tudo isso deixou de ser operado por meios manuais e passou a ser operado por meios informatizados, com grande repercussão no desempenho da Casa de um modo geral. Esses dois sistemas evoluíram com o tempo e foram se ramificando em todos esses que você mencionou. Hoje, você não anda no Senado sem tropeçar em um terminal. A Câmara também está assim, felizmente.

⁴ Petrônio Portela Nunes (1925-1980). Governador do Piauí - 1962-1966; Senador – PI - 1967-1974; 1976-1980. Presidente do Senado Federal - 1977-1979.



5. A condição de órgão à parte do Prodasen

Foi pela natureza — digamos — industrial das suas atividades que o Prodasen ficou como um órgão à parte. A burocracia clássica da administração pública brasileira, com a sua natureza jurídica, era, de certa maneira, imprópria para suportar ou facilitar o desempenho das atividades de informática, que exigiam certa agilidade e tinham particularidades. Os profissionais de informática, por exemplo, tinham uma remuneração de mercado, naquela época, totalmente diferenciada em relação aos servidores públicos e até mesmo aos parlamentares, em muitos casos. O processo de aquisição de suprimentos exige certa agilidade. Os cânones do Decreto-Lei nº 200, de 1967⁵, por exemplo, precisavam ser adequados, e a estrutura de pessoal e a descrição de funções eram próprias do mercado de trabalho.

Então, o Prodasen, ao ser criado, foi dotado de certa autonomia administrativa: tinha um quadro de pessoal próprio e um sistema de remuneração pela Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, não pelo Estatuto dos Servidores Públicos. Isso realmente permitiu que houvesse uma agilidade de gestão diferenciada, tanto é que o mesmo regime foi, em seguida, adotado pela Gráfica do Senado, e passaram a ser órgãos supervisionados com relativa autonomia administrativa. Não era uma autonomia solta, pois havia uma área de compras e seguia-se à risca o Decreto-Lei nº 200, de 1967, vigente à época, depois superado pela Lei nº 8.666, de 1993⁶, e assim por diante. Essa autonomia de gestão foi — acredito — um dos pontos críticos do sucesso do Prodasen.

6. O convênio com a Câmara

Deixe-me só mencionar outro aspecto histórico: quem negociou o primeiro convênio entre a Câmara e o Senado para permitir ao Prodasen a prestação de serviços à Câmara fui eu. Nós tivemos muitas dificuldades, porque a Câmara e o Senado, como sempre, tinham as suas diferenças históricas. Eu estudei para

⁵ DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm

⁶ LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm



compreender esse fenômeno da dificuldade de relacionamento, a diferença entre o tapete verde e o azul, o salão negro encerado de um lado pela Câmara e de outro pelo Senado. Não sei se essas coisas existem até hoje. Pois bem, eu fui fundo nisso. A celebração desse convênio, nos idos de 1975, 1976, talvez 1977, foi um passo relevante.

7. Os eventos polêmicos envolvendo o Prodasen

Não posso dar um testemunho muito fiel a propósito desses eventos - violação do painel⁷, contratação irregular⁸, compra de equipamentos desnecessários⁹ -, porque ocorreram quando eu já tinha me aposentado do Senado, mas acredito muito que esses eventos, como em todas as organizações, decorrem da evolução da sua cultura, de uma contaminação dos seus valores. Não atribuo isso somente a certas dificuldades dos meus queridos e estimados colegas que estavam a cargo do Prodasen quando esses eventos ocorreram, pois há uma própria pressão política em algum sentido. Particularmente no caso do painel, isso ficou claro. Talvez a capacidade de resistência institucional a esse tipo de pressão política tenha enfraquecido um pouco. Não posso deixar de lamentar, como todos, e de desejar que se restabeleçam de pronto esses valores. Isso não afeta apenas o Prodasen, mas toda a administração pública, que, de modo geral, de certa maneira, está perturbada por esses eventos. Mas, certamente, isso é passageiro. É muito difícil equilibrar a parte técnica e a parte política porque os técnicos têm uma visão — digamos assim — um pouco binária: ou é, ou não é. O jogo político é muito mais virtuoso e muito mais complexo do que essa percepção binária. É preciso, sobretudo, que o corpo diretivo dos órgãos públicos, particularmente no Legislativo, perceba essa nuance. O que ocorre como fator perverso é que, muitas vezes, essa capacidade de entender o jogo político acaba passando a ser a motivação principal da administração. Fazer política passa a ser o *animus* da administração. Isso é ruim.

⁷ V. Crise do Painel do Senado. <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/crise-no-senado/violacao-confirmada.htm>

⁸ V. Terceirização irregular no Senado. <https://noticias.uol.com.br/politica/escandalos-no-congresso/terceirizacao-irregular-no-senado.htm>

⁹ V. Carvalho, Jailton de e Vasconcelos, Adriana. Contrato do Prodasen Pode Ser Cancelado. *O Globo*, 02/04/2005, O País, p. 8.



É preciso compreender que o jogo político é feito pelos políticos. A nós outros da burocracia cabe entender isso e ofertar as alternativas que sejam viáveis de serem executadas, sem afronta às leis, aos princípios e, sobretudo, aos valores da organização.

8. A preparação para a Constituinte

Não houve algo formal, não. Nós tivemos reuniões. A estrutura do Prodasen era muito enxuta do ponto de vista de hierarquias. Então, as reuniões da diretoria, as suas diretrizes logo repercutiam para os funcionários todos da organização. Nós éramos muito poucos. Não chegávamos a 200, 250 pessoas. O Prodasen nunca foi muito grande, sempre foi enxuto. Na verdade, foram 17 anos de preparação. Ela consistiu basicamente na conscientização do corpo profissional da instituição de que a informatização do Legislativo e a sua modernização o habilitava a executar com maestria — digamos assim — as suas funções. Qual dessas funções era mais relevante, senão a elaboração da Carta Magna? Não há, na história do Poder Legislativo, no mundo todo, desafio maior para a instituição legislativa do que elaborar a Constituição do seu país. Isso é o ápice, o clímax de toda a atividade legislativa. Nós, que havíamos estado atuantes no processo de modernização do Legislativo para permitir um melhor desempenho de suas funções, nos vimos diante desse desafio. Isso foi cumprido à risca. Isso estava nos olhares dos colegas de trabalho, na maneira como se comportavam, na atitude que eles tiveram durante o trabalho da Constituinte. Não se dormia, não se abandonava o trabalho. O nosso médico do trabalho lá várias vezes indicava: *“Olhe, há sintomas agudos de estafa”*. Você chamava os colegas e dizia: *“Vão para casa”*. Eles iam para casa, e, daí a 2 ou 3 horas, estavam de volta. *“Olhe, não consegui dormir, tenho coisas para fazer”*. E, pronto, era assim.

9. A interação com servidores e parlamentares

O Paulo Afonso¹⁰ ia com o Ulysses¹¹ com frequência ao Prodasen na época do trabalho da Constituinte. Ele ia também sozinho. No caso do Senado, muitos dos

¹⁰ Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).



hoje consultores — na época, eram integrantes da Assessoria do Senado — que foram designados para trabalhar junto com os Relatores praticamente se mudaram para o Prodasen. Vários deles, vários deles. A Secretária-Geral da Mesa do Senado também, a Sarah Abrahão¹². Então houve uma melhoria substancial no relacionamento do funcionalismo do Senado, das áreas mais críticas vinculadas ao processo de elaboração da Constituição propriamente dita. Eles passaram a conviver com muita intensidade com o Prodasen.

O meu gabinete, por exemplo — eu era Diretor-Executivo —, virou sala de reuniões do Bernardo Cabral¹³ e seus relatores, por 24 horas, por dias. Nenhum dos espaços do Prodasen deixou de ser ocupado pelos trabalhos da Constituinte. Até o nosso restaurante. Nós tínhamos um pequeno restaurante lá. Um dia eu chego ao restaurante e lá estavam deputados e senadores almoçando juntos, tendo ao seu lado programadores, digitadores. Foi um espetáculo muito bonito. Eu me emociono ao lembrar isso.

10. O bunker Prodasen

Dada a própria configuração do prédio do Prodasen, o local era mais reservado. Tinha uma única entrada. E o trabalho político tem que ser de certa maneira protegido do acesso, porque envolve negociações. Se o conteúdo é liberado precipitadamente, isso acaba prejudicando. Nós tínhamos consciência disso e nos protegíamos dessas invasões à privacidade dos parlamentares. Os jornalistas simplesmente não entravam. Nem por isso eles deixaram de utilizar todas as artimanhas. Alguns conseguiram furar esse bloqueio, mas havia algumas arapucas para eles lá dentro também. Nós produzíamos relatórios. Como é que funcionava isso? A cada ciclo de decisões das Comissões e das Subcomissões, produzíamos

¹¹ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB. Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 11.mar.1956 a 11.mar.1958, 1985-1986, 1987-1988.

¹² Sarah Abrahão. Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal em 1972-1973 e 1975-1980.

¹³ José Bernardo Cabral (1932-). Deputado Federal – AM (1967-1969; 1987-1991). Ministro da Justiça (1990-1990); Senador – AM (1995-2003). Relator da Constituinte.



relatórios que representavam a vontade do Relator, não só a vontade, mas também as negociações que ele havia feito. Quanto a esses relatórios, havia uma cobiça muito grande por parte da imprensa e por parte também de alguns lobistas, enfim, de pessoas interessadas. Então, o que a gente fazia muitas vezes era pegar a capa do novo relatório, botá-la no volume de um relatório antigo, que era deixado sobre a mesa. O jornalista passava, achava que aquilo ali era o seu tesouro, pegava-o e o levava. Quebrava a cara. Só ia descobrir na redação. Os lobistas incomodavam quando conseguiam entrar. Inclusive, esse fato que eu mencionei foi de um lobista que pegou um relatório. Acho que perdeu o emprego. Coitado.

11. Alterações humanamente impossível

Os textos aprovados das Comissões eram revistos pelos Relatores e suas assessorias. Nenhuma modificação extra — emenda — se introduzia sem o imprimátur do Relator e da sua assessoria. Esse fato relatado pelo Kleber¹⁴ representa basicamente o espírito ético que nós tínhamos no nosso trabalho. Não era qualquer um que alterava, não. Os registros de alteração se davam nos momentos adequados, com o imprimátur dos Relatores. Nesse sentido, há também a entrevista, depois, do então Ministro do Supremo, Jobim¹⁵, que foi um dos Relatores-Adjuntos do Bernardo Cabral. Isso tudo é muito delicado. A presença de uma vírgula ou a ausência dela altera substancialmente o sentido. Houve um cuidado muito grande por parte sobretudo do Dr. Ulysses, do nosso saudoso Ulysses Guimarães, tanto que Houaiss¹⁶, o maior filólogo, foi quem reviu, do ponto de vista do vernáculo, a nossa Constituição. Ele e mais um filólogo¹⁷ foram trazidos pelo Ulysses. “*Revejam o texto. Vejam se não há...*”

¹⁴ Kléber Gomes Ferreira Lima. V. Estudo aponta fraude em artigo da Constituição. *Jornal Jurid.* 18 de junho de 2007. <https://www.jornaljurid.com.br/print/noticias/estudo-aponta-fraude-em-artigo-da-constituicao>

¹⁵ Nelson Azevedo Jobim. Deputado Federal – RS (1987-1991, 1991-1995). Ministro da justiça (1995-1997). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1997-2006). Ministro da Defesa (2007-2011). V. Tartaglia, Cesar. Sem votação. *Globo Memória.* <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/edicoes-especiais/sem-votaccedilatildeo-9938719>

¹⁶ Antonio Houaiss (1915-1999). Professor, diplomata e filólogo. V. <http://www.academia.org.br/academicos/antonio-houaiss/biografia>

¹⁷ Celso Ferreira da Cunha (1917-1989). Responsável oficial pela revisão gramatical da Constituição.



Boa parte desse trabalho do Houaiss foi feita no meu gabinete. Ele pedia e tinha acesso às referências das emendas que geraram o texto, de maneira a esclarecer o sentido que se pretendia dar. Apesar disso, como assinalou o Ministro, é possível que tenha passado um ou outro equívoco, um ou outro. O Ministro Jobim terá se referido a mudança dessa natureza na undécima hora da passagem pelo crivo da Comissão de Sistematização e até mesmo do Plenário, ou até depois. Mas não creio que tenha havido intenção danosa ou dolosa. Não, de forma alguma. O sentido era exatamente o de representar o espírito e a vontade dos constituintes.

12. O processo das emendas no Prodasen

Havia a composição do texto resultante do voto do Relator, daquilo que foi aprovado pela Comissão ou pelo Plenário. Esse texto, introduzido com essa composição, era repassado uma, duas, três vezes, como se fosse um trabalho de revisão de um livro. Imprimia-se uma primeira versão, aquilo era submetido à apreciação do Relator, ele fazia as correções, essas correções eram reintroduzidas, isso era revisto uma vez mais, uma terceira vez. Enquanto ele não dissesse: “*Está okay, pode colocar como definitivo*”. Era esse o processo. Isso era feito por servidores do Prodasen, outros da Câmara, outros do Senado, enfim, aqueles a quem o Relator designava a tarefa.

A correção do texto — isso que hoje a gente faz no *Word* corriqueiramente — era feita por meio de um *software* enorme, um *software* parrudíssimo, cujo manuseio era próprio dos funcionários do Prodasen. Então, sempre havia alguém do Prodasen que fazia a digitação propriamente do texto, porque implicava o emprego da linguagem desse *software*. Os relatórios intermediários, eu acredito que não eram guardados, mas, quanto aos marcos de decisão das Subcomissões e das Comissões Temáticas e, depois, da Comissão de Sistematização, sim. Eu não sei se hoje o Prodasen guarda ainda isso, mas, no trabalho dos 30 anos do Prodasen¹⁸, há um histórico muito preciso da origem de cada texto da Constituição, desde as emendas populares até os trabalhos das Subcomissões, das Comissões Temáticas e da Comissão de Sistematização.

¹⁸ V. Vinas, Reivaldo (ed.). *Prodasen 30 anos*. Brasília: Livraria Suspensa Editora, 2003.



13. Os terminais do Prodasen na Câmara e no Senado

Os terminais tinham várias aplicações. Eram terminais que tinham acesso exatamente aos dados da Constituinte que eram públicos, ou seja, aqueles que não estavam ainda sob o manto das negociações políticas. Uma vez que eram aprovados, esses relatórios todos eram dados a público, eram matéria de natureza pública. Era possível pesquisar através desses terminais todos. Não era um, não, eram vários. E isso colocou alguns desafios de natureza técnica, porque a relatoria da Comissão, o Bernardo Cabral, não se reunia só no Prodasen, não. Havia momentos em que ele se reunia no Banco do Brasil; lá na Ermida Dom Bosco, no Israel Pinheiro¹⁹. E havia uma logística de instalação de terminais, porque na época não tínhamos tantas facilidades de comunicação, não. Era uma ginástica responder a esse desafio.

A segurança dos dados era feita pelos processos nossos de segurança interna. Não havia muita dificuldade com isso, não, porque nós já tínhamos tido algumas experiências com isso, em vários momentos. E não havia só uma segurança de acesso, havia uma segurança física também. Nós tínhamos rotinas muito cuidadosas de segurança de dados, dentro dos padrões técnicos da época.

14. Os bancos de dados

Nós criamos, por exemplo, um banco de dados de diversas constituições, do mundo inteiro. Também com as sugestões, com as emendas populares. Nós fizemos, junto com as duas bibliotecas, um apanhado de toda a literatura de natureza constitucional, constitucionalista. Então, houve um referencial muito grande de informações que serviram aos parlamentares de um modo geral. As bibliotecas ficaram cheias de pesquisa sobre esses assuntos. Alguns desses bancos foram pensados previamente, outros foram feitos à minuta, como eu dizia. Eram demandas dos Relatores, dos assessores, perfeito? Havia vários índices. Por exemplo, quando se faz um banco de dados, tem que se indexar isso de tal maneira que se faça a recuperação, no caso das emendas, por exemplo, por autor, por artigo, por tema. Os Relatores recebiam índices que eram valiosíssimos. Havia um relatório, por

¹⁹ Centro de Convenções Israel Pinheiro.



exemplo, de todas as emendas apresentadas por determinado autor. “*Que emendas foram apresentadas por quem? A que dispositivo do texto que está sendo emendado a emenda se refere? Qual é o parecer do Relator sobre a emenda? Foi aprovada? Foi aprovada parcialmente? Foi aprovada com subemenda do Relator? O parecer foi rejeitado? Quais são as justificativas?*” Antes havia justificativas. Isso gerava um ciclo adicional de relatórios, de tal maneira que, quando a matéria era debatida pela Comissão ou pelo Plenário, o Relator, que tinha às vezes que opinar ao final do debate sobre a matéria, ou mesmo durante o debate, ainda na fase de discussão, tinha ali elementos capazes de orientá-lo, inclusive com referências anteriores: “*Olhe, esse assunto foi tratado na Subcomissão tal pelo Deputado tal. A emenda tal foi rejeitada, ou foi aprovada, ou foi subemendada. Resultou no texto tal. Agora se está debatendo isso*”. Ele tinha ali uma espécie de tomografia e não mais um Raio-X. Ele tinha uma tomografia computadorizada de todo o histórico daquele dispositivo que estava sendo discutido. Isso levou a que muitos parlamentares ficassem surpresos com a habilidade, com o tirocínio dos Relatores em Plenário, que sabiam dessas questões de cor e salteado. Não era isso. O que eles tinham lá era um relatório produzido pelo Prodasen, que traçava o mapa completo do tema que estava sendo discutido.

Todo esse processo não tem um pai só, tem vários, desde quem o pediu até quem o concebeu. Houve um desafio. O Prodasen tinha dois grandes *softwares*, aliás, três, que precisavam se comunicar, e não se comunicavam. Quando da elaboração do Regimento da Constituinte, do qual foi Relator o Fernando Henrique Cardoso²⁰, estabeleceu-se pela primeira vez a necessidade de que esses três grandes *softwares* se comunicassem. Num curto espaço de tempo, nós conseguimos resolver esse problema técnico. E isso serviu de base para que se resolvessem praticamente todos os demais problemas que foram se apresentando durante o trabalho da Constituinte. Essa criatividade toda engendrou um sem-número de soluções que partiam das necessidades dos Relatores, da criatividade dos próprios colegas de trabalho, que, de repente, diziam: “*Olhe, eu criei uma nova forma de tratar o assunto*”. Nós a implementávamos e, pronto, dava certo.

²⁰ Fernando Henrique Cardoso. Senador SP (1983-1987; 1987-1992). Ministro das Relações Exteriores (1992-1993). Ministro da Fazenda (1993-1994). Presidente do Brasil (1995-1998; 1999-2002).



15. O tratamento dos textos

Olhe, esse é um assunto a que me dediquei a estudar desde o início do projeto do Prodasen. Realmente isso é verdade. Na década de 1960, a tecnologia de tratamento de textos estava dando seus primeiros passos. Mas, estudando então esse assunto, nós descobrimos que a IBM estava, em seus laboratórios em Stuttgart, na Alemanha, e também nos Estados Unidos, desenvolvendo um produto que se chamava STAIRS, que resolvia boa parte desses problemas. Nós fomos o primeiro cliente desse produto no mundo.

Esse produto foi, do ponto de vista de busca retrospectiva de texto, digamos, o núcleo central das soluções apresentadas pelo Prodasen. Isso permitiu uma grande facilidade no trabalho, porque tudo isso que se produzia gerava banco de dados. Você chegava ao terminal e perguntava: “*Quais são as emendas que tratam de tal assunto?*” “*Que emenda se refere a tal dispositivo?*” Isso facilitava muito a busca. Antigamente, você tinha que usar uma vasta estrutura de busca retrospectiva, que as Casas, tanto a Câmara quanto o Senado, tinham que disponibilizar. Depois, com esse *software*, você ia ao terminal e resolvia a questão na hora.

16. Os gastos do Prodasen

O Prodasen introduziu, inclusive no mercado de informática no Brasil, algumas inovações importantes. Por exemplo, nós colocamos a primeira impressora a *laser* de grande capacidade no País. Em seguida, colocamos uma outra, de outro fabricante, a Xerox. Agora, é preciso lembrar o seguinte: o Prodasen chegou ao detalhe de, por exemplo, entregar na casa de parlamentares, às 8 horas da manhã, o relatório que eles iam utilizar às 9h30min em reunião de Subcomissão. Esse era o espírito que nos movia. Havia uma questão de eficiência, havia uma questão de eficácia. Quando se está diante de um desafio dessa natureza, o propósito é resolver. Eu considero, de certa maneira, irrelevante a discussão dos custos, não porque eles não sejam importantes — eles são —, mas diante do resultado isso não tem sentido. Se você colocar os milhões de dólares gastos diante do que foi o aporte de soluções que o Prodasen deu ao trabalho dos constituintes, vai chamar isso de



peanuts, se não de centavos. Isso é, de certa maneira, embrenhar num assunto menor do que foi o trabalho da Constituinte.

17. O consumo do papel

Se consumia muito papel porque se produzia muito papel²¹. Você imagina um trabalho como esse, de elaborar um relatório final de uma Comissão, por exemplo. Produzia-se três ou quatro edições sucessivas de todo o trabalho do Relator. Saía muito papel, um absurdo, fora o que a gráfica fez. Boa parte disso ia para a gráfica já em meio digital. Felizmente, poucos anos antes da Constituinte, estabeleceu-se um mecanismo de digitalização das antigas fotocomponedoras da gráfica. Então, o material ia em forma digital para a gráfica, a gráfica fotocompunha, e isso já saía nos diários, na produção dos avulsos. Portanto, o consumo de papel não foi só do Prodasen, não. Consumiu-se muito papel. Eram 500, quase 600, parlamentares. Você tinha que entregar 600 vias, fora os seus assessores, à Consultoria, à Assessoria, à imprensa. Enfim, havia uma demanda muito grande. Eu imagino, inclusive, que esse consumo de papel teria sido muito maior se boa parte das demandas de informação não tivesse sido atendida sem papel pelos terminais. Imagine o processo manual da Constituinte: primeiro, ela estaria em trabalho por muito mais tempo do que esteve; segundo, teria produzido muito mais papel. Esse trabalho tinha que ser feito à base dos processos manuais de composição e impressão antigos. Não havia a impressora a *laser*. Consumiu-se muito papel mesmo. Ainda bem que esses papéis cumpriram a sua missão. Elaborou-se uma bela Constituição.

18. A rotina do trabalho

A rotina era não haver muita rotina. O testemunho que posso dar sobre isso é que não havia muita distinção entre nós. Eu, muitas vezes, digitava emendas, quando era necessário, eu digitava. O entusiasmo do pessoal fazia com que eles mesmos definissem suas jornadas de trabalho. Tudo era feito na medida do que era

²¹ “Outro dado revelador do trabalho diz respeito ao volume de papel utilizado. O gasto regular mensal, que em janeiro deste ano era de 264 caixas, avançou para 452 em fevereiro, chegando a 625 no mês seguinte, ou o mesmo que mais de 1 milhão e 800 mil folhas de papel”. A Constituinte da Informática. *Jornal da Constituinte*, Brasília, 29 de junho a 5 de julho de 1987 – nº 5, p. 15.



necessário. Esse clima é que era formidável. Descendo a detalhes, em relação à quantidade de horas, lembro que uma vez fiquei 36 horas sem dormir, já meio de cabelos brancos. Então, havia tiradas de trabalho em que cada um se via envolvido na medida da necessidade. O importante não era a quantidade, mas o resultado que estava sendo produzido no final daquela etapa, daquele momento ali.

19. O que poderia ter sido feito diferente

Esse é um desafio grande porque nós naturalmente nos vemos compelidos a raciocinar em termos de tecnologia presente. Com a tecnologia da época, não vejo muita coisa que poderia ter sido feita de forma diferente. Acho que nós chegamos ao limite de nossa criatividade. A informática ainda tinha certos constrangimentos de credibilidade, digamos assim. Mas, se o estamento político tivesse enxergado o potencial que a informática tinha para desempenhar melhor sua tarefa como Constituinte e demandasse mais, nós produziríamos dez vezes mais papel do que foi produzido.

Talvez o *gap* entre a demanda e as possibilidades de atendimento pudesse ser mais bem preenchido na época por uma exposição dos potenciais que a informática poderia produzir, mas a essência da atividade política, que é a legitimidade do mandato como constituinte, isso dá uma força muito grande ao parlamentar, quaisquer que sejam os meios que estejam ao seu alcance para ele exercer esse desiderato, esse objetivo. Isso é insubstituível. Você pode colocar tecnologia, mas essa força da representatividade, da legitimidade do mandato, o império do voto, isso é insubstituível. Isso é que deu força à Constituinte, ao trabalho dos constituintes.

20. A reserva de mercado de informática

Eu, de alguma maneira, tive participação na formulação da então política equivocadamente denominada reserva de mercado. Na verdade, o que se decidiu foi que, diante das dificuldades cambiais que o País atravessava, havia necessidade de proteger a produção de um computador de porte pequeno — hoje seria considerado pequeno, mas na época o chamávamos de médio — que tinha nascido de um esforço que concatenava necessidades da Marinha e da área de informática,



sobretudo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Nós tínhamos conseguido projetar, construir e fazer o *software* de um pequeno computador chamado G-10. O “g” era de Guaranis, nome do oficial da Marinha que o havia inspirado. O G-10 tinha como missão básica substituir os computadores ingleses que artilhavam as fragatas brasileiras. Esse computador que havíamos projetado, cujos primeiros modelos já haviam sido construídos, foi logo ameaçado pelo lançamento, pela IBM, de um computador de porte igual, com uma produção muito grande, pela metade do preço.

O que se chamou reserva de mercado foi a proteção contra a importação desse computador de porte médio da IBM e de outros fabricantes que vieram logo em seguida. Foi só isso. Os grandes e os pequenos computadores não foram atingidos pela reserva de mercado. Mas isso foi suficiente para levantar uma barreira de natureza muito mais política e um *lobby* muito mais econômico e político, contra a reserva de mercado. O fato é que, por uma fração dos custos de outras políticas de geração de capacidade industrial na área de tecnologia da época, o Brasil chegou a projetar, construir, desenvolver *software*, vender, dar manutenção, ou seja, a realizar o ciclo completo de produção, comercialização e manutenção de equipamentos de tecnologia da informática. Isso sustentou um conjunto de quatro empresas que herdaram esses projetos, o que eu acho que foi outro equívoco da política. Eu acho que deviam ter ampliado um pouco mais. Outro equívoco foi fixarem o ano de 1984. Não se teve condições de sustentar esse projeto. Mas nós chegamos a dominar o ciclo completo da indústria de informática no início da década de 1980 quando foi fulminada com essa política de reserva de mercado. Hoje o Brasil importa tudo: *software*...

21. A participação nos debates da Constituinte sobre informática

Não fui chamado na época, até porque a minha participação nessa questão da Política Nacional de Informática foi muito oscilante, muito pequena, irrelevante. A maioria dos grandes responsáveis pelo sucesso dessa política estava na universidade, no meio acadêmico. Lembro-me de que participava de eventos de gestores de informática em que dava lá os meus pitacos. A Política Nacional de Informática ou o sucesso que esta teve — que foi exatamente pela industrialização e



produção desses computadores de porte médio — não chegou a impactar o Prodasen, que usava computador de grande porte. Depois, já no final da minha gestão, é que se começaram a usar os microcomputadores, os chamados computadores pessoais. Mas não houve um impacto direto do ponto de vista do uso de tecnologia. Agora, eu não me recordo dessa questão. Na época, isso já tinha sido superado, porque a Política de Informática sucumbiu antes da Constituinte. Então, já era matéria praticamente vencida. Acredito mesmo que, no bojo ou no conjunto da Constituinte, o fim da reserva de mercado era majoritário. Além disso, também não era propriamente matéria constitucional. A intervenção do Estado no domínio econômico tem um princípio geral na Constituição; o que se materializou depois é que a política de informática passou a ser um capítulo da política industrial do País, de modo geral. Isso já foi defendido na época, em 1989, na campanha para Presidente da República, e depois, na campanha de 1998 também. Na campanha de 1998, certamente. Lembro de que esse assunto foi debatido no meio universitário. Havia essa tese. No meio universitário, ainda havia esperança de que se voltasse a haver alguma política industrial própria para o setor de informática, pela sua importância estratégica.

22. O diferencial do Prodasen

Há uma realidade que pouca gente sabia: o Prodasen era, nessa época, digamos assim, o titular da faixa azul do uso de informática nas instituições legislativas. O Parlamento americano, tanto no Congresso em Washington quanto nas assembleias estaduais, não tinha tecnologia tão avançada quanto a nossa. O que nós fizemos, quando do início do projeto do Prodasen? Nós estudamos o que os parlamentos no mundo inteiro utilizavam. Para cada segmento de tecnologia, nós projetamos. Cito, por exemplo, a questão do banco de dados. Nós já sabíamos aqui alguma coisa inovadora nessa área de banco de dados e na de processamento de texto. Como estava essa questão do processamento? Qual era o caminho? Quando se criou o Prodasen, nós já exigimos do edital não aquilo que se fazia no passado, mas, de certa maneira, uma ponte já para o futuro. Havia uma especificação do que deveria ser no futuro. E isso acabou, em grande parte, materializando-se. Assim, quando nós iniciamos as operações, em 1972 e 1973, acabamos por incorporar



aquilo que havia saído do forno. Isso nos colocou à frente dos demais usuários de tecnologia da informação, que vinham de projetos antigos, alguns deles ainda baseados na tecnologia de cartão perfurado, por exemplo, de classificadoras.

Quando o Prodasen implanta a base de dados textuais, isso é uma novidade no mundo todo. Nós saímos na frente. Na década de 1980, nós éramos referência mundial de tecnologia da informação no processo legislativo. O que é preciso entender é o seguinte: quando se usa a tecnologia da informação, além do conhecimento técnico, da tecnologia em si, é preciso dominar ou ter conhecimento da finalidade para a qual se vai usar a tecnologia. Ela é um meio, uma ferramenta; se você não sabe o ofício que vai usar essa ferramenta, a ferramenta perde muito o seu valor.

Felizmente, na concepção do Prodasen, dos seus bancos de dados, etc., nós conseguimos concatenar esses dois ramos de conhecimento: o conhecimento da ferramenta — o corpo técnico do Prodasen era excepcional — com o conhecimento do funcionamento da máquina legislativa. É um tipo de organização absolutamente diferenciada no mundo inteiro, onde se pratica a política. A política é de um vigor fantástico. Nós estamos vivendo agora um momento de descrédito da atividade política. Não se iludam, isso vai passar em dois tempos. Os políticos vão recuperar essa capacidade. A sensação que eu tenho hoje, por exemplo, é a mesma que eu tinha às vésperas da Constituinte, antes inclusive do processo de abertura. Éramos desfalecidos pela potência do Executivo, pela imposição do Executivo. Nós nos sentíamos tão fracos quanto antes. No entanto, de repente, surge uma mudança. Não digo que vá haver uma Constituinte, mas a volta do jogo político, com o fortalecimento do Congresso, isso é certo como dois mais dois.

23. Os impactos da Constituinte sobre o Prodasen

O primeiro deles, acredito, não foi muito positivo, porque no final a Constituição previu o Regime Único. Aquilo que era um dos pilares do funcionamento do Prodasen, a sua relativa autonomia, com um quadro de pessoal próprio, acabou sendo ultrapassado em razão do Regime Único. O Regime Único, em minha opinião, atrapalhou um pouco.



O outro se manifesta talvez nesse distanciamento das potencialidades da tecnologia da informação para o desempenho da atividade parlamentar. A Constituinte foi, digamos assim, o clímax do projeto do Prodasen de 17 anos. O regime democrático institucionalizado pela Constituição de 1988 colocou um desafio enorme para o Parlamento brasileiro. No meu entendimento, esse desafio se resume na possibilidade de, através da informática, haver um contato mais estreito do parlamentar com a sua base eleitoral, com os seus eleitores. O parlamentar tem isso bem presente, tanto é que boa parte da evolução posterior do Prodasen esteve ligada ao atendimento dos gabinetes dos parlamentares. Contudo, eu entendo que talvez devesse ter ido um pouco mais além, ao atendimento das necessidades do cidadão, no relacionamento do cidadão com o seu representante.

Há uma grande dificuldade porque o regime que temos, de voto proporcional, coloca o eleitor um pouco distante do parlamentar. É diferente do regime distrital, por exemplo, que existe na Inglaterra e nos Estados Unidos, em que o distrito tem um representante. Eleito, este se torna o representante de todos os moradores do distrito. Quando se fala: *“Vou telegrafar para o meu representante”*, isso tem um sentido lógico.

De qualquer maneira, essa via de relacionamento do cidadão com o Parlamento, que eu acredito que deveria ter sido o passo subsequente, a estratégia subsequente de mobilização dos neurônios do Prodasen, não se materializou. O Prodasen ficou vivendo um pouco do passado, deixou de viver o futuro. Acredito que o estamento político também deixou de entender esse fenômeno. Não sei explicar por quê. Talvez tenha havido uma fadiga, uma fadiga estratégica, digamos assim.

24. Os desafios do Prodasen no futuro

Há muita coisa a ser fazer no Prodasen. A começar com esse tema do relacionamento com o cidadão. Isso já é um universo de coisas a fazer. Mas eu diria o seguinte: o Brasil é hoje, inclusive graças à abertura democrática, um país muito mais plural, muito mais rico, muito mais diverso. Com isso, entender esses fenômenos sociopolíticos que ocorrem na sociedade é um desafio formidável.

Nós havíamos pensado em uma grande base de dados de informações sociais, econômicas e políticas que integrassem o acesso às grandes bases de



dados do Executivo e outras que o Prodasen pudesse construir, de tal maneira que esses retratos da sociedade pudessem ser feitos com mais facilidade pelos parlamentares e com mais apego à realidade, com menos espaço ao que hoje chamamos de *fake news*, que é uma praga da informática moderna. Nós temos que imaginar isso. Fico projetando a possibilidade de se estabelecerem esses mecanismos de acesso a múltiplas bases de dados.

O Executivo tem tido essa preocupação também, mas com um viés muito problemático, talvez por interesses paroquiais dos ministérios, dos titulares das bases de dados, que não permitiram o acesso do que é público hoje. Aliás, a questão não é em relação ao Prodasen: a questão é Legislativo *versus* Executivo. Essa restrição do acesso recíproco de informações é muito própria do conflito político e tem que ser entendida como tal. A questão toda é exatamente conjunirem-se ou concatenarem-se vontades políticas capazes de romper essas barreiras. É por aí que passa a questão.

Se não houver o entendimento de que a complexidade da sociedade brasileira hoje exige isso, para que não se cometam equívocos trágicos, eu diria, não se vai progredir. Ou seja, é de novo um jogo em que tem que se casar a perspectiva política — dentro da retomada da capacidade política de o estamento político resolver os problemas da Nação — com o apoio técnico ao processo decisório. Esta é, em minha opinião, a chave capaz de definir o futuro não só do estamento político, mas também do Prodasen, por via de consequência. O Prodasen não pode operar um milagre, tem que caminhar junto ao estamento político na busca de uma solução capaz de permitir que o estamento político produza o seu resultado com credibilidade. A credibilidade, associada à legitimidade do voto, produz milagres. É disso que nós estamos tratando.

25. Uma avaliação da Constituição

A Constituinte foi um estuário de múltiplas vontades que resultaram vencedoras no processo de abertura política. Mesmo os derrotados viram ali condições de definir regras para o jogo político — a Constituição, na verdade, é um conjunto de regras básicas para se jogar o jogo político — capazes de prosseguir com a normalidade. Isso se transformou em verdade. Nós estamos fazendo 30 anos,



não é? Bem ou mal, pela primeira vez na história do Brasil, tivemos estabilidade política associada com certa estabilidade econômica, apesar dos percalços recentes que tivemos. É a primeira vez que nós não somos ameaçados por grandes catástrofes, tanto políticas quanto econômicas.

Nós estamos celebrando com a Constituição essa virtude que, na minha opinião, é essencial. Não que os conflitos ou as efervescências da sociedade não sejam benéficos, eles o são, mas encontram na Constituição, nas regras do jogo político, um mecanismo para a solução sem apelos à violência, a medidas de exceção, a perseguições, etc.

Particularmente, como cidadão, via a Constituinte como um mecanismo de regularização da vida política do País sem que passássemos pelo sobressalto. Eu fui preso em 1969. Passei quatro meses na prisão. Fui acusado de pertencer ao Partido Comunista. Fui absolvido. Na hora em que você, como cidadão, vê a sua atividade política livre das ameaças de um governo de exceção... Essa possibilidade que antecedeu, para mim, era uma motivação adicional excepcional. Não era só a questão do amor ou da vocação por trabalhar no Legislativo que me motivava; era também, como cidadão, tendo as minhas ideias, o poder exercer a atividade política de acordo com as minhas ideias, sem ter qualquer tipo de restrição que limitasse a manifestação da minha vontade política, do meu pensamento político. Acho que esse é o grande patrimônio da Constituição de 1988. Ela merece toda a sorte de reparos. As cem emendas que já fizeram demonstram isso, ela tem as suas fragilidades. Como instrumento perene, está muito distante ainda.

Talvez o Congresso, no seu poder de reformar a Constituição, devesse se preocupar agora com a eliminação de exageros que a Constituição introduziu. Ela passou a ser um texto muito detalhado por uma razão muito simples: é a mesma coisa que aconteceria agora com os 30 partidos com representação na Câmara. Se fizessem uma Constituinte, seria ainda maior do que a atual, porque os interesses a serem concatenados para constituir um texto que consubstanciasse a vontade da maioria teria que atender a todos, e cada um defenderia seu interesse. Cito, por exemplo, a questão do direito a armas. Hoje estaria na Constituição, certamente.

Enfim, decorreu da multiplicidade de representações que havia no corpo da Constituinte e dos interesses que essa multiplicidade representava, em ter na



Constituição do País aquilo que acolhesse esses interesses. Então, ela ficou um pouco particular demais. Esse é o meu entendimento. Não tenho dúvidas de que ficou o correto tempo. Pode levar outros 30 anos da nossa história — não é muito tempo, não — para se sedimentar, ver o que há de exagero e, aos poucos, ir eliminando esses exageros. Mas o corpo principal da Constituição, aquilo que constitui as cláusulas pétreas e mais alguns outros dispositivos que são brilhantes formam um documento, acredito, de longa vida.

Eu destacaria as cláusulas previstas no art. 60, creio. São aquelas partes da Constituição que não podem ser mudadas pelo Congresso ordinário. Essas que incluem os direitos e garantias individuais, enfim, aquilo que a Constituição tem de bom, que assegura essas regras do jogo político. Há poucas coisas que, acredito, podem ser mudadas. Essa parte da engenharia eleitoral, por exemplo, que associa a questão dos partidos políticos ou que associa o sistema de governo ao sistema eleitoral é uma delas. O Parlamento hoje talvez mal represente a diversidade da política brasileira. Talvez devesse haver um mecanismo qualquer de melhoria da representatividade, que vá ao encontro desse vetor de que falei: como o cidadão se comunica com o Congresso, que não seja só por meio do voto, mas no dia a dia? Refiro-me à mudança para se estabelecer essa conexão mais estreita entre o cidadão e a sua representação política, tanto no âmbito municipal quanto nos âmbitos estadual e federal. O funcionamento da União carece um pouco de medidas mais genéricas, capazes de dar à nossa Federação mais vigor.

26. O parlamentarismo derrotado

A derrota da tese parlamentarista me doeu muito, pessoalmente, como cidadão. Era um grande salto que o País poderia ter dado. Iria custar muita incerteza, nós iríamos viver um período de crises, mas, seguramente, teríamos outro Brasil. Foi um tropeço da Constituinte porque, até a undécima hora, a Constituição brasileira era parlamentarista. E houve a formação do Centrão, que paralisou um pouco o trabalho da Constituinte com o pretexto de discutir a questão do mandato de



4 anos ou de 5 anos para o Presidente Sarney²². A reorganização do Centrão, do grupo mais conservador da Constituinte, que propiciou, afinal, uma base política para aprovação da emenda do Humberto Lucena²³, a emenda presidencialista, na minha opinião foi um tropeço de última hora terrível. Depois, também o plebiscito foi uma derrota dramática. Talvez só o Richa, que abandonou a vida política — o José Richa²⁴, Senador pelo Paraná —, tenha sofrido mais do que eu.

Entendo o seguinte: o parlamentarismo é um regime em que o Congresso passa a ter uma importância muito grande. A importância atribuída ao Congresso pelo cidadão, que representa, essencialmente, o vetor da credibilidade da ação do Legislativo, traduz a capacidade, como troco dessa credibilidade, de o Parlamento responder aos principais anseios da sociedade com responsabilidade, sem deixar o País à garra. Enfim, é um jogo em que o político deve mais ao cidadão e em que o cidadão deve mais ao político.

Essa ideia de o cidadão votar e só se preocupar quatro anos depois com as teses principais que afetam a saúde do País é ruim. No jogo parlamentarista, o Governo fica permanentemente ao sabor de um voto de desconfiança do Parlamento. Então, o cidadão está permanentemente acompanhando os atos tanto do Parlamento quanto do Executivo e do Governo. Então, esse é um cidadão muito mais responsável desse ponto de vista, muito mais consciente. O nível de sanidade política com que o cidadão se envolve no trato dos seus representantes é muito maior.

27. A prisão no período ditatorial

Eu sou filho de um comunista histórico, um tenente da escola de aviação do Exército que participou do levante de 1935, Ivan Ramos Ribeiro, o Tenente Ivan, há

²² José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.

²³ Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998) - Deputado Federal, 1959-1963, PB, PSD; 1963-1967, PB, PSD; 1967-1971, PB, MDB; 1975-1979, PB, MDB. Senador - PB (1979 a 1998). Presidente do Senado no período de 1987-1989.

²⁴ José Richa (1934-2003). Deputado Federal, 1963-1967, PR, PDC; 1967-1971, PR, MDB. Governador Paraná (1983-1986). Senador – PR (1979-1987; 1987-1995).



referências em *Memórias do Cárcere*²⁵ e em outras obras. A minha vida toda — a minha infância e a minha adolescência — foi marcada pela circunstância de que meu pai ou estava preso, ou estava no exílio, ou estava na clandestinidade. Meu pai morreu na clandestinidade, em 1970. O meu irmão mais velho purgou um exílio de 17 anos, 18 anos. A minha família tem outros membros que tiveram participação importante nos movimentos de esquerda no País. Sempre tive uma admiração muito grande pelo envolvimento, coragem pessoal, dedicação e idealismo desse movimento. Era difícil imaginar a força com que essas pessoas se dedicavam aos seus ideais. Isso sempre marcou a minha conduta. Particpei do movimento estudantil e, em consequência dessa participação, acabei sendo preso aqui em Brasília, em 1969. Isso aconteceu na época do Ato Institucional nº 5, que estava em vigor. Não havia *habeas corpus*, não havia nada. Até que o advogado, que depois foi deputado federal, encontrasse uma saída para a minha libertação, passaram-se quatro meses. Depois esse processo foi julgado pela auditoria militar aqui de Brasília, fui absolvido, e o Superior Tribunal Militar confirmou a sentença. Foi uma época difícil para mim. Foi muito complicado para mim e para a minha família. Imagine a minha mãe, por exemplo. Nesse período em que estive preso, a situação era a seguinte: o meu pai estava na clandestinidade, eu estava preso, e o meu irmão, exilado. Você imagina o que foi esse sofrimento da minha mãe.

28. Agradecimento e os tapetes verde e azul

Em primeiro lugar, quero reiterar o meu agradecimento a todos aqueles que, na época da Constituinte, antes da Constituinte e depois da Constituinte, dedicaram suas vidas àquela instituição. Acredito que a esses brasileiros, a esses patriotas, a esses, na maioria, jovens, a esses profissionais técnicos se deve o tributo de gratidão muito grande. Depois agradeço aos meus colegas de Senado Federal e à Câmara dos Deputados também. Não vejo na burocracia das duas Casas nenhuma falência na capacidade de continuarem aportando sua inteligência, sua capacidade de trabalho para o bom desempenho da atividade parlamentar e o bom

²⁵ Memórias do escritor Graciliano Ramos.



funcionamento da instituição legislativa no Brasil. Acredito que são profissionais do mais alto nível.

Estimo que aquilo que nasceu em 1823, com a separação da briga entre o Senado e a Câmara do Império na elaboração da Constituição de 1823, não se prorrogue mais. Esse negócio do tapete verde ou do tapete azul nasceu em 1823. Foi uma discussão tola entre quem devia tomar conhecimento primeiro das falas do Imperador: se era o Senado ou a Câmara. A Constituinte de 1822-1823 parou discutindo isso. O Senado queria tomar conhecimento primeiro, e a Câmara primeiro. Aí o Imperador foi lá e disse: *“Olha, acaba com essa brincadeira, está aqui promulgada”*. Foi assim que nasceu. Durante mais de um século, de 1823 a 1960, Câmara e Senado se comunicavam por estafetas, que levavam as mensagens, os avulsos, as mensagens. Tanto é que até hoje quando o Presidente da Câmara assina uma mensagem ao Presidente do Senado — *“A Câmara aprovou tal projeto de lei”* —, um contínuo atravessa o tapete verde e, então, ele chega ao tapete azul e entrega no gabinete do Presidente a mensagem, mas antes era uma carruagem que saía do Palácio e fazia isso. E por isso as Câmaras não se comunicavam. O Senado e a Câmara mal se comunicavam. A via de comunicação era a dos partidos políticos a que pertenciam os Deputados e os Senadores. É por isso que até hoje nós temos as nossas diferenças. Eu acredito que essa proximidade que Brasília proporcionou deva unificar um pouco o pensamento de funcionários da Câmara e do Senado a respeito do papel que a burocracia tem no Poder Legislativo, que é fundamental, é fundamental. O bom desempenho do parlamentar depende de nós. E nós temos que ter a vocação de atender a essa demanda dos Parlamentares, qualquer que seja o viés político e ideológico. Eles têm que funcionar. Eles têm a legitimidade para produzir o resultado esperado pelo cidadão.

Quero terminar dizendo o seguinte: tenho para mim que a história oral, como fonte de história, talvez seja a que mais mereça atenção. Ela é valorosa. Ela tem seu valor porque é fruto da vivência, da experiência das pessoas. Mas esse depoimento oral precisa ser corroborado sempre pelo testemunho de outras pessoas, pelo acesso a outros documentos, exatamente porque ele contém uma parte afetiva e emocional muito forte, são lentes que podem deturpar a realidade dos fatos. Então, queria pedir, em primeiro lugar, desculpas se aqui o meu pensamento vai de



encontro à maneira com que outras pessoas viram o trabalho do Prodasen na Constituinte, sejam elas colegas de trabalho, sejam elas parlamentares que trabalharam na Constituinte, a quem quero externar aqui a minha profunda gratidão. Eles fizeram um trabalho brilhante, sensacional.

Por último, quero agradecer mais uma vez a vocês aqui da Câmara, que tomaram esta iniciativa de ouvir quem esteve, digamos assim, mais atrás das trincheiras do que propriamente nos embates políticos que ocorreram na elaboração da Constituição. Nós fomos, de certa maneira, testemunhas da história. Quando se é testemunha da história, nem sempre se tem consciência da importância do fato que você está assistindo. Eu quero dizer que, no caso da elaboração da Constituição, isso não ocorreu, pelo menos de minha parte, individualmente, como dos meus colegas de Prodasen com quem conversei depois e até hoje converso. Aquelas pessoas tinham perfeita consciência do momento histórico que estávamos vivendo, e isso é muito raro de ser encontrado.

Ficha Técnica

- 1 Data: 18/10/2018
2. Local: Sala Cobec - Cedi
3. Duração: 1h48min
4. N° do arquivo: E023
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota
7. Equipe de vídeo: João Francisco Gollo (Produtor); Cláudio Adriano Silva (Cinegrafista); Francisco Tadeu Tomás Silva (Assistente de cinegrafia).
8. Fotografia: Michel Jesus/Acervo Câmara
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 05/12/2018
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota